
A PRÁTICA DOCENTE JURÍDICA ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Legal teaching practice through the use of active methodologies: Experience report

Marcela Simões Silva¹
Marina Nogueira Madruga²

RESUMO

O presente relato de experiência tem como objetivo apresentar a utilização de metodologias ativas nas práticas docentes jurídicas como ferramentas potencializadoras no processo de ensino-aprendizagem. Os objetivos específicos incluem: a) Analisar as potencialidades e desafios no uso de metodologias ativas como propostas didáticas no currículo da graduação em Direito; b) Averiguar os benefícios da utilização de práticas lúdicas e de gamificação no processo de ensino-aprendizagem e c) Discutir quais os paradigmas que precisam ser quebrados pelos, docentes, para reinventar a sala de aula. A proposta de pesquisa está em fase inicial de anotações de relatos de experiência e aprofundamento teórico. A metodologia a ser utilizada é de caráter qualitativo, a partir de relatos de experiências de docentes do curso de Direito. O referencial teórico prioriza três categorias: ensino-aprendizagem, metodologias ativas e o papel do docente. Como primeiras análises, destaca-se a importância da utilização de jogos lúdicos, gamificação e a aprendizagem baseada em projetos para uma aprendizagem significativa, engajamento, preparação para a resolução de casos reais, desenvolvimento de confiança no discente e desenvolvimento de habilidades: pensamento crítico, resolução de problemas, tomada de decisões, comunicação eficaz e trabalho em equipe, todas essenciais ao aluno e bacharel no curso de Direito. A perspectiva contributiva do relato de experiência é a argumentação sobre a ressignificação da educação em âmbito jurídico.

Palavras-chave: Metodologias ativas, Direito, Docência, Práticas pedagógicas.

ABSTRACT

This experience report aims to present the use of active methodologies in legal teaching practices as enhancing tools in the teaching-learning process. The specific objectives include: a) Analyze the potential and challenges in using active methodologies as teaching proposals in the undergraduate Law curriculum; b) Investigate the benefits of using playful and gamification practices in the teaching-learning process and c) Discuss which paradigms need to be broken by us teachers in order to reinvent ourselves in the classroom. The research proposal is in the initial phase of annotating experience reports and theoretical deepening. The methodology to be used will be qualitative in nature, based on reports of experiences from Law course teachers. The theoretical framework prioritizes three categories: teaching-learning, active methodologies and the role of the teacher. As first analyses, we highlight the importance of using playful games, gamification and project-based learning for meaningful learning, engagement, preparation for solving real cases, developing confidence in the student and developing skills: critical thinking, problem solving, decision making, effective communication and teamwork, all essential for students and bachelors in Law. The contributory perspective of the experience report is the argument about the reframing of education in the legal sphere.

Key-words: Active methodologies; Right; Teaching, Pedagogical practices.

¹ Mestra em Direito e Justiça Social, FURG, simoes0marcela@gmail.com, <http://lattes.cnpq.br/4748080250265443>

² Doutoranda em Política Social e Direitos Humanos, UCPel, marina_mad@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/4738691077151012>

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A sociedade está cada vez mais imersa em um universo digital, ágil, interativo e acelerado – e até mesmo, impaciente. Como conceber um cenário no qual a solução está a apenas alguns cliques de distância? Quais são as expectativas em relação aos alunos em um curso de graduação em Direito? Qual o papel do docente diante de um novo cenário educacional? Essas questões provocam a reflexão sobre a inserção das metodologias ativas nas práticas docentes jurídicas como ferramentas potencializadoras no processo de ensino-aprendizagem.

O horizonte da docência é repleto de desafios sobre como integrar a renovação no ensino acompanhando a era digital. É notório que a presença do digital/virtual na educação foi acelerada pela pandemia da COVID-19, exigindo que os docentes e discentes se adaptassem rapidamente à nova forma de aula, exigindo dos alunos uma maior participação e dos professores a necessidade de engajamento. Entretanto, com a superação do período pandêmico, o avanço da educação online e a crise do setor de educação superior foram impulsionadores para (re) pensar a prática docente.

O presente trabalho é fruto justamente dessa vivência enfrentada no Curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas, localizada no Sul do Rio Grande do Sul, e o desafio dos docentes em repensarem suas práticas pedagógicas através da utilização de metodologias ativas para a formação de operadores jurídicos protagonistas, criativos, responsáveis com a realidade social e com o desenvolvimento das habilidades necessárias para o mercado profissional.

Nessa perspectiva, o objetivo central do trabalho consiste em apresentar a utilização de metodologias ativas nas práticas docentes jurídicas como ferramentas potencializadoras no processo de ensino e aprendizagem através de socialização de experiências utilizadas em sala de aula.

Com base nos referenciais teóricos de DeBald (2020), Feferbaum (2020), Freire (1996) Moran (2018) e Zabala (2010), entre outros, o artigo estrutura-se em três partes que dialogam diretamente com os objetivos específicos, sendo o primeiro deles a análise de potencialidades e desafios no uso de metodologias ativas como propostas didáticas no currículo da graduação em Direito.

Em seguida, é realizada a averiguação dos benefícios da utilização das metodologias ativas, em especial de práticas lúdicas e de gamificação no processo de ensino e aprendizagem. Por fim, o terceiro e último objetivo consiste na discussão de quais paradigmas precisam ser quebrados pelos docentes, para a reinvenção da sala de aula e formação de sujeitos críticos com pleno domínio das habilidades necessárias ao mercado de trabalho.

Portanto, a metodologia selecionada é de caráter qualitativo, a partir de relatos de experiências de docentes que atuam no curso de Direito e o referencial teórico prioriza três categorias: ensino-aprendizagem, metodologias ativas e o papel do docente, com a perspectiva de contribuir para o debate sobre a ressignificação da educação, visto que “propõe-se pensar o estudante no contexto das metodologias ativas e a mudança nos modos de ser e agir dos sujeitos escolares contemporâneos” (DEBALD, 2020, p. 18).

Ainda que em fase inicial, os resultados alcançados já indicam a perspectiva que é necessário combinar (quicá superar) a tradicionalidade contida nas aulas ministradas na maioria dos cursos de Direito com práticas pedagógicas em que o discente seja protagonista no processo de ensino e aprendizagem e o professor não seja mais o único detentor da informação, mas sim um mediador.

O que tem se buscado, atualmente, nos bancos universitários - e na construção desse artigo, é o incentivo para repensar a prática docente jurídica através da utilização de metodologias ativas para que os alunos ocupem o cerne do processo educacional.

2. METODOLOGIAS ATIVAS E O CURSO DE DIREITO

Inicialmente, é preciso destacar que o termo de metodologias ativas não é uma inovação do momento pós pandêmico. Pensadores do campo educacional e pedagógico como FREIRE (1996), DEBALD (2020) e ZABALA (2010) já assinalavam a necessidade de uma prática docente mais próxima da realidade social do aluno, bem como a horizontalidade no processo de ensino e aprendizagem.

É justamente nesse contexto que as metodologias ativas alcançam espaço pois ao compreender que a figura do professor não é a do detentor, único e exclusivo, do conhecimento e que o processo de ensino e aprendizagem é dialógico, torna-se necessário fomentar e estimular que os alunos e alunas possam protagonizar o referido processo. Conforme entendimento trazido por SOARES (2021), o cerne das metodologias ativas consiste em conceder o protagonismo aos alunos, no sentido de ofertar problemáticas e contextos para que, com base na realidade, sejam realizadas pesquisas, debates, discussões para a construção de soluções.

Para tanto, considerando ainda mais o curso de Direito cujo objetivo é a formação e construção de operadores jurídicos das mais variadas áreas, é imperativo que a matriz curricular possibilite o

alcance de competências e habilidades para a formação de profissionais críticos, criativos e comprometidos com a realidade social, de modo a ultrapassar a mera aplicação da lei.

Cada vez mais o mundo profissional exige do acadêmico de direito a assertividade em seu posicionamento, através de tomadas de decisões, e que desenvolvam *soft skills* como pensamento crítico, oratória, capacidade argumentativa, interação e trabalho em grupo, proposição de soluções.

Novamente, no contexto do currículo de Direito, é comum que as aulas tenham um caráter mais expositivo, com os pilares do conhecimento construídos a partir da retórica da reprodução e da memorização (DEBALD, 2020). Entretanto, em um contexto em que o aluno tem amplo acesso às tecnologias, podendo realizar qualquer consulta na internet, o papel do docente não pode mais ser reduzido ao detentor do conhecimento, mas sim de mediador.

Torna-se necessário aqui enfatizar que essas linhas não possuem como intenção apenas criticar por criticar o que se tornou habitual, mas indicar que os desafios diante da crise do ensino superior e o avanço das tecnologias fomentam a necessidade de se (re)inventar. Considerando o novo papel do docente como mediador do conhecimento, deve-se problematizar e contextualizar as temáticas em estudos, a partir da realidade, para que os discentes busquem e apliquem os saberes.

Diante desse quadro, surge o questionamento: É preciso inovar, mas de que forma?

Nesse sentido, as metodologias ativas aparecem como possibilidades potencializadoras. Como demonstra Moran (2018), as metodologias ativas abarcam a participação efetiva dos alunos na construção do seu conhecimento, de modo que a responsabilidade é coletiva e envolve aluno e professor para que exista aprofundamento, personalização e vivência prática no processo dialógico de ensino e aprendizagem.

Portanto, as metodologias ativas compreendem a utilização de abordagens didáticas para favorecer o engajamento dos alunos e isso não necessariamente traz como regra a obrigatoriedade de recursos altamente tecnológicos e complexos. Pelo contrário, práticas como a sala de aula invertida, análise de casos jurídicos e a pesquisa de jurisprudências, são exemplos de metodologias ativas.

Essas práticas ativas são a evidência de que os professores não estão totalmente comprometidos com um modelo rígido de exposição teórica. É aqui que outras possibilidades afloram e tornam-se úteis para potencializar o ensino-aprendizagem. A aprendizagem surge das interações entre alunos, professores, conteúdo e colegas de classe. A dinâmica interativa entre essas influências é facilitada por meio de várias abordagens e estímulos (SOARES, 2021).

Os processos pedagógicos tradicionais pretendem passar por três principais etapas: apresentação da matéria, leitura e exercícios e avaliação: “No modelo convencional, os professores partem do “zero”, propõem o conteúdo e ensinam; os alunos ‘aprendem’. Os professores avaliam, finalizam com uma nota, e todos partem para o próximo capítulo ou bimestre” (SOARES, 2021, p. 74).

Um dos desafios da educação jurídica é pensar em um currículo que atenda as necessidades sociais, tendo a consciência de que não são conteúdos prontos para serem passados aos alunos. “São uma construção e seleção de conhecimentos e práticas produzidas em contextos concretos e em dinâmicas sociais, políticas e culturais, intelectuais e pedagógicas” (GOMES, 2007, p. 9).

Logo, a fuga da integralidade do ensino tradicional no Direito, mesclado com as práticas ativas tem se mostrado cada vez mais atual, pois o currículo, como organização do conhecimento, é influenciado por diversas variáveis pedagógicas e sociais. Tendo em vista que acompanha as dinâmicas de transformação, ele precisa ser constantemente revisado e enriquecido através da interação entre a instituição e o mundo contemporâneo, sendo um processo em constante evolução à medida que novos saberes e práticas são produzidos.

Assim, na abordagem das metodologias ativas, o processo se estende e se aprofunda, proporcionando atividades como pesquisa, entrevistas e debates. Isso viabiliza a avaliação das habilidades socioemocionais, além do conhecimento adquirido, permitindo intervenções para fortalecer áreas menos favorecidas e realçar pontos fortes. Nesse sentido, os professores “ao agirem como mediadores, eles favorecem a aprendizagem ao permitirem, por exemplo, que se componham as melhores duplas de trabalho, os grupos com mais ou menos sinergia, dependendo do que se pretende em cada momento” (SOARES, 2021, p. 74).

Portanto, uma vez debatido o conceito de metodologias ativas no curso de Direito, comprovando sua intencionalidade pedagógica, a próxima etapa do texto consiste na apresentação de exemplos utilizados e seus resultados no processo de ensino e aprendizagem.

3. APRENDER E ENSINAR COM LUDICIDADE É POSSÍVEL NO CURSO DE DIREITO?

Existe uma frase dita pelo Professor Paulo Caruso Ronca, Doutor em Psicologia Educacional, que reflete a discussão trazida ao texto: “Se o papel do professor é dar aulas, enquanto ele dá a sua

aula, o aluno faz o quê?” A resposta varia por parte de alguns docentes e discentes oscilando entre o “escuta!”, “aprende!” ou “nada!!”.

Por vezes, os alunos manifestam sua insatisfação atribuindo o adjetivo de “chata” para uma aula enquanto o professor socializa com os seus pares que a “turma está desanimada” e por isso se sente desmotivado. Nessa via de mão dupla, a utilização de metodologias ativas, nas mais variadas práticas, apresenta-se como ferramenta relevante para o engajamento das turmas.

Para além das práticas dispostas acima, o presente artigo sinaliza a utilização de jogos lúdicos como forma de proporcionar experiências engajadoras. Alves (2015) ao abordar a gamificação como estratégia de produtividade indica que, além da diversão, há o engajamento entre quem participa para o acompanhamento do progresso, a competitividade saudável e a intenção em alcançar um objetivo.

Como exemplos da utilização da gamificação, são viáveis a utilização de jogos da memória para fins de engajamento e averiguação do conhecimento mediado com os alunos, permite-se que façam equipes e busquem a combinação de cartas que indicam o instrumento jurídico e sua aplicabilidade e ou conceito. Nessa forma, é possível de certo modo que o aluno se certifique da apreensão do conhecimento dos elementos jurídicos, mas também estimule suas *soft skills* que são necessárias para a sua formação profissional. Afinal, um advogado deve estar sempre atento, possuir boa memória e atenção para a atuação em seus casos.

Da mesma forma, a utilização da ferramenta do “bingo”, na qual os alunos precisam localizar na tabela as respostas para a situação jurídica que é sorteada, demonstrou-se como uma ferramenta eficaz no sentido de estimular não só a participação, mas também que os próprios alunos pudessem construir questionamentos e respostas.

Nesse sentido, outras ferramentas lúdicas tais como júri simulado ou desafios de acusação e defesa são experiências positivas vivenciadas. Os professores apresentam casos reais e a turma divide-se em grupos de acusação e defesa para construção de teses conectando a teoria com a prática, além de estimular oratória, raciocínio jurídico e performance.

Outra ferramenta utilizada, em especial na disciplina de direito penal, é a tradicional análise de jurisprudência, apelada como “fofoca penal”, com a exposição de um caso e a criação de um fórum para os alunos debaterem suas percepções e conexões com o conteúdo estudado anteriormente. Nota-se que aqui há uma combinação de aulas expositivas com o protagonismo do discente que, através de sua atuação, construirá sua percepção jurídica sobre a situação apresentada.

Ainda, outras experiências de protagonismo e engajamento por parte dos alunos é a criação de *podcasts* jurídicos, onde o professor atua como mediador no sentido de verificar junto aos alunos as informações por eles trazidas, mas toda a construção de roteiro, abordagem é por conta dos próprios alunos.

É certo que os alunos não aprendem da mesma forma e no mesmo ritmo, porém ao verificar a aplicação dessas práticas é visível o engajamento, a participação e a apreensão do conteúdo de modo que aqueles que realizaram uma dessas atividades descritas lembram com mais facilidade do conteúdo ou possuem mais facilidade na aplicação desses. Rangetti (2014) lembra que o professor precisa conhecer o aluno e isso significa que deve acreditar e estimular as suas capacidades e o desenvolvimento de suas habilidades.

Ainda, nas palavras de Rangetti (2014, p. 103) o docente deve possibilitar o “desenvolvimento do aluno em seus aspectos afetivo, cognitivo, social, intelectual para que se estabeleça uma relação pedagógica significativa.”

Portanto, é possível que no processo de reinvenção do agir docente, a felicidade seja um propósito e um indicador importante para uma qualificação das práticas pedagógicas e para isso será necessário quebrar paradigmas.

4. QUEBRA DE PARADIGMAS

O ensino jurídico é um desafio constante, em primeiro lugar, porque frequentemente pergunta-se se a ferramenta escolhida é viável e se os alunos conseguiram efetivamente desenvolver as habilidades possíveis e cumprir os objetivos propostos.

Diante de um novo cenário imposto pela crise no ensino superior, bem como a presença constante e acelerada do digital na sala de aula, é necessário repensar as práticas pedagógicas, ainda mais nos tradicionais cursos de Direito, de modo a estimular e engajar os alunos possibilitando a formação de operadores jurídicos responsáveis, protagonistas com o desenvolvimento das *softs* e *hards* skills.

Muitas vezes, o professor continua a depender do método tradicional de aula expositiva para apresentação de conceitos ou teorias, por exemplo. Mas, precisa desafiar-se a ouvir. Certamente não são poucos os desafios enfrentados pelos docentes do curso de Direito, a considerar que a formação inicial do profissional é voltada para o bacharelado, isto é, afastada das práticas pedagógicas. De bald

(2020) aponta que por serem orientados por esse modelo tradicional, os docentes ao serem desafiados a pensarem de maneira diferente acabam por enfrentar dificuldades.

Justamente pela lógica tradicional é que, por vezes, o professor acredita que “não está dando aula” quando aplica uma ferramenta baseada nas metodologias ativas. Os profissionais do direito que se dedicam à docência costumam reproduzir a lógica de somente aulas expositivas - dogmáticas e abstratas e, considerando a presença constante do universo digital, rápido, dinâmico e apenas um clique de distância, é essencial que se pense em aplicação de novas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, a “passagem do bastão” do protagonismo para o aluno exige que o professor tenha um novo papel, desafiando-se a ouvir. Esse novo enfoque na prática docente, voltado para a mediação, que instigue, gere dúvidas, questione e motive, é o resultado que se busca alcançar.

Aliás, o pensamento de Paulo Freire (1996) indicava que o ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, no sentido de aproveitar as experiências próprias e relacioná-las com o conteúdo. É exatamente esse o papel do professor, mediar, possibilitar a dúvida e o questionamento para que o discente possa desenvolver suas habilidades e apropriar-se das competências.

A utilização de metodologias ativas em sala de aula almeja a colaboração e participação da turma e do professor, para cada vez mais conectar o ensino teórico e prático. Logo, a intenção pedagógica está além dos conteúdos. “Não se trata apenas das matérias e das disciplinas, mas de todas as vertentes que os professores desejam alcançar com cada aluno, em busca do desenvolvimento desse sujeito como um todo” (SOARES, 2021).

Portanto, as metodologias ativas são essenciais para esse rompimento, não no sentido de ser uma solução pronta e instantânea para uma educação inovadora ou a superação de todos os problemas pedagógicos, mas como potencialidades para uma nova prática docente, em especial nos cursos de Direito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo consistiu em apresentar a utilização de metodologias ativas nas práticas docentes jurídicas como ferramentas potencializadoras no processo de ensino-aprendizagem a partir dos desafios do novo cenário educacional.

Considerando uma educação cada vez mais imersa em universo digital, repleto de informações velozes e instantâneas, bem como o “novo normal” após a pandemia da COVID-19, o papel do docente no século XXI precisa ser repensado.

Diante da facilidade de acesso às informações e da necessidade em superar um ensino que não deve mais ser sustentado pela memorização e reprodução, tão habituais nos cursos de Direito, o texto apresenta, através de relato de experiência no curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas, a possibilidade de utilização de metodologias ativas como possibilidade de ressignificação da educação em âmbito jurídico.

Como primeiras análises, a pesquisa pretendeu destacar a importância da utilização de jogos lúdicos, gamificação e a aprendizagem baseada em projetos para uma aprendizagem significativa, maior engajamento, preparação para a resolução de cases reais, desenvolvimento de confiança na argumentação. Ainda, outras habilidades são apontadas como o pensamento crítico, a capacidade de resolução de problemas e tomada de decisões, comunicação eficaz e trabalho em equipe, todas essenciais ao aluno e bacharel no curso de Direito.

Nessa toada, não se pode ignorar os desafios e complexidades presentes no processo de ensino e aprendizagem, nem se pretende propor soluções mágicas e instantâneas para a crise educacional em âmbito jurídico, mas sim ventilar novas possibilidades a partir um novo papel para o docente.

A experiência prática demonstrada nos exemplos apontados no texto e realizados em sala de aula demonstram, ainda que inicialmente, que a modificação do papel de detentor para mediador é um desafio e que o protagonismo discente no processo dialógico de ensino e aprendizagem necessita ser construído dia após dia, porém a ludicidade e a felicidade são norteadores importantes nesse processo.

Ao ressignificar o papel do docente, bem como estimular o pensamento crítico dos alunos, a apresentação das suas vivências reais com instrumentos tais como jogos ou práticas lúdicas demonstram resultados positivos no sentido de engajamento, participação, curiosidade e criticidade.

Por fim, é possível diagnosticar que, embora cada um tenha um ritmo próprio de aprendizagem, aqueles e aquelas que participam das atividades com metodologias ativas possuem uma assimilação melhor e mais completa de conexão do conteúdo, seja ele disposto, exposto ou encontrado a um clique de distância.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Gamification: como criar experiências de aprendizagem engajadoras - um guia completo do conceito à prática** – 2ª ed. São Paulo: DVS Editora, 2015.

DEBALD, B. **Metodologias ativas no Ensino Superior: o protagonismo do Aluno**. Organizador, Blasius Debald – Porto Alegre: Penso, 2020.

FEFERBAUM, M. **Metodologias ativas em direito: guia prático para o ensino jurídico participativo e inovador**. São Paulo: Atlas, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, N. Indagações sobre currículo. *In*: BEAUCHAMO, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (orgs.). **Currículo, conhecimento e cultura**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MORAN, J., **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

RANGHETTI, D. Relação pedagógica. *In*: FAZENDA, I. C. A (org.); GODOY, H. P. **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar, intervir**. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

SOARES, C. **Metodologias ativas: uma nova experiência de aprendizagem**. Cortez, 2021.